

ATOS OFICIAIS

FOLHA

REGIONAL HOJE

ANO XX - EDIÇÃO Nº 1833 - R\$ 2,00 JALES, TERÇA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2021

Versão Online: www.regionalhoje.com.bre-mail: jn.folharegional@gmail.com

EDUCAÇÃO

Etecs divulgam lista de classificação geral do Vestibulinho do segundo semestre

A lista de classificação geral do processo seletivo das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) para o segundo semestre de 2021 foi divulgada no site vestibulinhoetec.com.br nesta segunda-feira (28) a partir das 15 horas. A relação inclui quem se inscreveu nos cursos técnicos (presencial, semipresencial e online) e de especialização técnica. O mesmo endereço traz a primeira lista de convocados do Vestibulinho.

A matrícula deverá ser feita também no site entre os dias 29 de junho e 1º de julho. O formato online foi adotado para atender às normas de distanciamento social, recomendadas pelo Governo do Estado de São Paulo e autoridades sanitárias.

Cabe ao candidato acompanhar o calendário das próximas listas de convocação que, neste semestre, serão divulgadas a partir de 19 de julho, no site do processo seletivo.

Acompanhe as datas do calendário do Vestibulinho para o segundo semestre de 2021:

29 de junho a 1º de julho – Matrícula da primeira lista de convocação

5 de julho a partir das 15 horas – Divulgação do resultado da prova de aptidão online e da primeira lista de convocados para os cursos técnicos de Canto, Dança, Regência e Teatro

6 a 8 de julho – Matrícula dos convocados na primeira chamada dos cursos técnicos de Canto, Dança, Regência e Teatro, e envio de documentação no Portal do Candidato

19 de julho a partir das 15 horas - Divulgação da segunda lista de convocados no site www.vestibulinhoetec.com.br

20 e 21 de julho - Matrícula da segunda lista de convocados com envio da documentação dos candidatos pela internet

Se as vagas não forem preenchidas após a segunda chamada, outras listas poderão ser divulgadas no site do processo seletivo.

Como fazer a matrícula É preciso acessar a pla-

taforma do Vestibulinho, clicar no link de matrícula disponível na área do candidato e subir os documentos solicitados. Após o upload dos arquivos, é necessário clicar no botão “salvar e enviar” para concluir o envio dos documentos. Após o final do procedimento, o sistema enviará o número do protocolo de matrícula.

Caso o candidato não receba o protocolo confirmando a matrícula, o procedimento poderá ser refeito para novo envio dos arquivos. Fique atento às datas porque novas tentativas só poderão ser feitas entre os dias 29 de junho e 1º de julho.

Quem não tiver acesso ao sistema de matrícula online, poderá comparecer à Etec para utilização de um terminal de computador com acesso à internet e efetivar a matrícula em data e horário a ser divulgado pela unidade. Essa possibilidade de fazer a matrícula numa unidade da Etec só será possível durante o prazo regular da matrícula.

Para se dirigir à escola e usar o computador, é obrigatório o uso de máscaras de proteção facial e o respeito às demais medidas de proteção do Protocolo Sanitário Institucional do Centro Paula Souza.

Documentos para matrícula A matrícula dos convocados em todas as modalidades dependerá do upload legível dos seguintes documentos básicos:

- documento de identificação (RG ou RNE)
- CPF
- foto recente de rosto com fundo neutro

Veja abaixo a relação de documentos adicionais, solicitados de acordo com cursos e situações específicas.

Quem foi aprovado no Ensino Técnico deve fazer também o upload legível de um dos seguintes documentos:

- histórico escolar com certificado de conclusão do Ensino Médio;
- declaração de conclusão do Ensino Médio, assinada por agente escolar da



escola de origem;

- declaração escolar de que está matriculado a partir da segunda série do Ensino Médio

Candidatos que concluíram ou estão cursando o Ensino Médio por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) devem fazer o upload legível de um dos seguintes documentos:

- histórico escolar com certificado de conclusão do Ensino Médio
- declaração de conclusão do Ensino Médio firmada pela Direção da Escola de origem, contendo a data em que o certificado e histórico serão emitidos
- declaração de que está matriculado a partir do segundo semestre/termo da EJA; ou dois certificados de aprovação em áreas de estudos da EJA
- boletim de aprovação do Encceja emitido e enviado pelo Ministério da Educação (MEC)

- certificado de aprovação do Encceja em duas áreas de estudos avaliadas, emitido e enviado pelo MEC

Quem realizou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) até a edição de 2016, deve fazer o upload legível de um dos seguintes documentos:

- certificado ou declaração de conclusão do Ensino Médio expedido pelos Institutos Federais ou pela Secretaria da Educação do Estado correspondente
- Os candidatos ao curso técnico de Enfermagem devem acrescentar o upload de um dos seguintes documentos:
- histórico escolar com certificado de conclusão do Ensino Fundamental e declaração de matrícula na segunda série do Ensino Médio;
- histórico escolar com certificado de conclusão do Ensino Médio;
- declaração de conclu-

são do Ensino Médio assinada por agente escolar da escola de origem

Finalmente, quem foi aprovado em curso de especialização técnica deve fazer ainda o upload legível do requerimento de matrícula fornecido pela Etec e de um dos seguintes documentos:

- histórico escolar com certificado de conclusão do Ensino Técnico regular ou equivalente conforme lista disponível na internet;
- declaração de conclusão do Ensino Técnico equivalente assinado por agente escolar da escola de origem
- Os classificados para o curso de Especialização em Gestão de Projetos – EaD - Online poderão, se for o caso, fazer upload do certificado de conclusão de um curso do Ensino Superior.
- O candidato que tenha realizado estudos equivalentes ao ensino fundamental e/ou médio, no todo ou em parte, no exterior, de-

verá apresentar o Histórico Escolar (frente e verso) e o parecer de equivalência de estudos emitido pela Secretaria Estadual da Educação. Os documentos em língua estrangeira deverão estar visados pela autoridade consular brasileira no país de origem e acompanhados da respectiva tradução oficial.

Quem utilizou o Sistema de Pontuação Acrescida, pelo item “escolaridade pública”, deverá enviar por upload a Declaração Escolar (ver modelo de Declaração Escolar no Anexo II desta portaria) ou Histórico Escolar contendo o detalhamento das séries cursadas e o(s) nome(s) da(s) escola(s), comprovando, assim, ter cursado integralmente da 5ª a 8ª série ou do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em instituições públicas.

Outras informações pelos telefones (11) 3471-4071 (Capital e Grande São Paulo) e 0800-772 2829 (demais localidades) e no site vestibulinhoetec.com.br.

CAUTELA

Elektro reforça orientações de segurança para prevenir acidentes com energia elétrica durante as férias escolares

As férias escolares estão chegando para milhares de crianças. Ao longo do mês de julho, o cuidado dentro de casa deve ser redobrado. O isolamento social tem sido um desafio extra para os pais e familiares. Por isso, é importante não apenas garantir o entretenimento dos pequenos, como também a segurança deles. Com tantas horas em casa, o ambiente doméstico pode oferecer alguns riscos no uso de energia elétrica. Pensando nisso, a Elektro organizou uma série de dicas voltadas à prevenção de acidentes elétricos, especialmente para quem lida com o universo infantil.

Uma das principais recomendações é o uso de protetores nas tomadas. Isso evita que as crianças coloquem as mãos ou introduzam objetos metálicos nos plugues. A atenção também se dá no caso de fios e aparelhos elétricos, que não devem ser manuseados pelos pequenos.

“Ao ligar e desligar equipamentos eletrônicos da tomada, como videogames e computadores, o adulto deve estar presente para realizar a ação, sempre utilizando o plugue e jamais puxando diretamente o fio. São ações simples como essa que ajudam na prevenção de acidentes elétricos e mantém toda a família em segurança”, explica Guilherme Mafrá, Gerente de Saúde e Segurança da Elektro. É necessário observar se a fiação está em boas condições antes de utilizar qualquer aparelho. “Se o cabo apresentar algum desgaste no isolamento, o aparelho não deve ser conectado à tomada, caso contrário, pode representar perigo de choque elétrico”, completa.

É importante orientar as crianças a terem cuidado redobrado com o uso de tablets e smartphones, especialmente quando as baterias estiverem sendo carregadas nas tomadas. O recomendado é não permitir que elas utilizem esses aparelhos durante o carregamento.

Alerta para ambientes molhados

A água é um conhecido condutor de energia, assim como o metal. Por isso, algumas atitudes precisam ser seguidas em ambientes molhados ou no uso de eletrodomésticos. Entre as orientações, está a de não utilizar a geladeira com os pés descalços e jamais manter contato com qualquer tipo



de eletrodoméstico quando o corpo estiver molhado.

“Esse cuidado deve ser ainda maior nas casas com piscina, uma vez que é comum as pessoas saírem molhadas e abrir freezers e refrigeradores. Lembre-se que água e energia não combinam”, destaca Mafrá. O gerente da Elektro informa que, em áreas molhadas, existe a obrigatoriedade da instalação do condutor de aterramento, mais conhecido como “fio terra”, conforme exigência da NBR 5410 (Instalações Elétricas em Baixa Tensão).

Em toda residência, é necessário observar se existem fios expostos ou descascados, mas isso merece atenção especial em instalações elétricas de casas de praia ou de campo, já que as crianças costumam circular mais livremente pelas áreas. Com isso, é importante garantir que exista um DR (Disjuntor Diferencial Residual) instalado e funcionando.

Além disso, os pequenos não devem ter acesso a instalações de bombas d'água elétricas e casas de máquinas de piscinas. Em locais com quadros de energia e subestações internas (mais conhecidas como casas de força), só os responsáveis pela manutenção das instalações elétricas dos prédios e condomínios, ou seja, profissionais qualificados, podem ter acesso a essas áreas. A recomendação é válida também para imóveis que possuem geradores de energia elétrica.

Sobre a Elektro

Reconhecida por 10 vezes como a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil, a Elektro tem atuação em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Mato Grosso do Sul. Em uma área de concessão de 121 mil quilômetros quadrados, a concessionária atende 2,7 milhões de clientes (6 milhões de habitantes).

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda
Contratada: Cirúrgica Souza Rio Preto Eireli Me, CNPJ 26.756.192/0001-54
Objeto: Aquisição de equipamentos de uso hospitalar, destinados a sala de fisioterapia da Unidade Básica de Saúde, com fornecimento de forma imediata conforme solicitado, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.
Contrato 42/2021
Valor R\$ 8.400,00
Data: 25/06/2021
Vigência: 25/06/2021 – 22/09/2021
Pregão Presencial nº 15/2021
Processo CL/PMP 35/2021
Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Aviso de Licitação
Modalidade: Pregão Presencial
Pregão Presencial nº 17/2021
Processo CL/PMP nº 039/2021
Encontra-se aberto nesta Municipalidade Pregão Presencial que tem por objetivo a contratação de empresa especializada em assessoria técnica para ministrar oficinas para atendimento as famílias reverenciadas ao CRAS, para cumprimento das ações do PSB (Proteção Social Básica) a serem realizados no Prédio do Centro de Referência de Assistência Social deste Município, Data para apresentação de propostas até às 09:00 horas do dia 13 de Julho de 2.021. O edital completo encontra-se a disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontalinda, Rua Tupinambás nº 1091, pelo site WWW.pontalinda.sp.gov.br/licitacoes. Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3699.8780.

Pontalinda, 28 de Junho de 2.021

Sisínio de Oliveira Leão
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL ASPÁSIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASPÁSIA

HOMOLOGAÇÃO/ALIENAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aspásia, através do Senhor Prefeito Municipal Ivan de Paula, HOMOLOGA o parecer da Comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 134/2021, a ALIENAÇÃO do bem conforme segue: ITEM 01 – Pas/Microonib, Peugeot/Boxer M330M, Diesel, ano 2011, modelo 2012 placa DKI 9926, cor Prata, chassi 936ZBXMBC2079385, patrimônio 3110, no valor de R\$ 26.100,00 (Vinte e Seis Mil e Cem Reais) para o Senhor Lourival Alexandre, portador do RG.19.991.208, CPF.112.145.278-76, com endereço na Rua José Clemente Pereira, Palmital, CEP.:17510-408, cidade de Marília, SP, referente ao Leilão nº 01/21 – Processo nº41/21.
Aspásia, 28 de Junho de 2021.

IVAN DE PAULA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

DESPACHO DO GABINETE DO PREFEITO

Processo Dispensa Licitação nº 15/2021
Processo CL/PMP 38/2021
Assunto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de técnico de enfermagem para compor a equipe de enfrentamento da COVID-19 com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atendimento junto a Unidade Básica de Saúde, que tem por objetivo as necessidades das ações desenvolvidas, prevenção e promoção à saúde devido a demanda gerada pelo aumento de casos de Covid-19 neste Município de Pontalinda.

Despacho

Diante dos autos do presente processo, RATIFICO, nos termos do Artigo 24 inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Federal 9412/18 e no que determina a lei federal 14.065/2020 a dispensa de licitação para referida contratação.

Pontalinda, 25 de Junho de 2.021.

Sisínio de Oliveira Leão
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda
Contratada: Selma Pontes Cezar de Assis CNPJ 27.461.195/0001-23
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de técnico de enfermagem para compor a equipe de enfrentamento da COVID-19 com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atendimento junto a Unidade Básica de Saúde, que tem por objetivo as necessidades das ações desenvolvidas, prevenção e promoção à saúde devido a demanda gerada pelo aumento de casos de Covid-19 neste Município de Pontalinda.
Contrato 43/2021
Valor Mensal R\$ 1.950,00
Data: 28/06/2021
Vigência: 29/06/2021 – 31/12/2021
Dispensa de Licitação 15/2021
Processo CL/PMP 38/2021
Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda
Contratada: Cedro Comércio de Produtos e Equipamentos Médicos Ltda ME, CNPJ 36.280.156/0001-10
Objeto: Aquisição de equipamentos de uso hospitalar, destinados a sala de fisioterapia da Unidade Básica de Saúde, com fornecimento de forma imediata conforme solicitado, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.
Contrato 40/2021
Valor R\$ 13.700,00
Data: 25/06/2021
Vigência: 25/06/2021 – 22/09/2021
Pregão Presencial nº 15/2021
Processo CL/PMP 35/2021
Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda
Contratada: Elimari Comercial Escolar Eireli, CNPJ 17.440.078/0001-20
Objeto: Aquisição de equipamentos de uso hospitalar, destinados a sala de fisioterapia da Unidade Básica de Saúde, com fornecimento de forma imediata conforme solicitado, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.
Contrato 41/2021
Valor R\$ 3.507,00
Data: 25/06/2021
Vigência: 25/06/2021 – 22/09/2021
Pregão Presencial nº 15/2021
Processo CL/PMP 35/2021
Setor de Licitações e Contratos

expediente



FOLHA REGIONAL

Circulação:



Diretor Responsável
IVAIR BOLOGNA
Redação:
Ivair Bologna
Ana Caria Bologna Vieira

Circulação: Jales, São João das Duas Pontes, São Francisco, Palmeira d'Oeste, Aparecida d'Oeste, Santa Salete, Santa Albertina, Marinópolis, Aspásia, Santana da Ponte Pensa, Vitória Brasil, Dirce Reis, Pontalinda, Nova Canaã, Urânia, Dolcinópolis, Turmalina, Populina, Mesópolis, Paranapuã, Santa Rita d'Oeste, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Suzanópolis e Rubinéia.

Rua Pedro Modesto Andreo Padilha, nº 80 – Distrito Industrial II – Jales/SP
Fone Fax (17) 3632-6889



PERIODICIDADE: TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS

E-mail: jn.folharegional@gmail.com

Os artigos assinados não representam a opinião deste jornal



Junior Soler
Cel. (17) 99785-1119

Av. Francisco Jalles, 1851 - Centro - Jales - SP - CEP: 15.703-200
Tel.: (17) 3622-1620 e-mail: jr.soler@unijales.edu.br www.unijales.edu.br

■ VACINAÇÃO

Médica lista cuidados com os efeitos colaterais dos imunizantes

Sinônimos de proteção e prevenção, as vacinas são grandes aliadas de pais que não abrem mão desse cuidado essencial e mantém atenção redobrada com os calendários vacinais.

No Brasil, o coronavírus impactou diretamente o cronograma de imunizações do Ministério da Saúde, que precisou atrasar a campanha de vacinação contra a gripe, iniciada apenas em abril e com data prevista para se encerrar em junho. Produzida com fragmentos do vírus influenza dos tipos A e B. A cada ano a vacina contra a gripe está dis-

ponível nos postos de saúde de todo o país, para uma grande parte da população brasileira. Sempre vale lembrar que a vacina contra gripe estimula o sistema imunológico a produzir uma resposta de defesa contra diversas variantes do vírus da gripe, capazes de atacar e eliminar o vírus do organismo. “Essa proteção oferecida pelo imunizante ocorre geralmente a partir da segunda semana da aplicação, e pode durar de seis meses a um ano”, explica a médica pediatra Ana Paula Beltran Moschione Castro, CRM 69748- SP.

Outra observação da especialista é sobre a segurança da vacina. “Trata-se de uma vacina bastante segura, inativada, feita de uma porção do vírus. A grande contraindicação da vacina contra a gripe é a presença de reações anteriores à vacina. A vacina contra a gripe possui ínfimas quantidades de proteína do ovo e pacientes com formas leves a graves de alergia a esta proteína podem receber a vacina, mas sempre sob observação. O imunizante, completa a médica, não pode ser administrada também em crianças menores de 6 meses,



mas a partir desta idade a vacinação anual é recomendada.

A vacina atua provocando um estímulo para a produção dos anticorpos contra os agentes que atacam o sistema imunológico. “Essa atividade intensa dentro do nosso sistema pode causar uma série de reações logo após a aplicação. Dor no local da vacina, vermelhidão e até mesmo inchaço, além de febre, dor de cabeça, náusea, tosse e irritação nos olhos que costumam afetar os pacientes, mas podem desaparecer poucos dias depois. Basta adotar alguns cuidados

especiais e ter em mãos aliados que contribuem para amenizar esses efeitos.

Outro fator relevante, salienta a médica, é o mito de que a vacina da gripe pode causar gripe. “Esta afirmação é falsa! Não existe a possibilidade de a criança ficar gripada devido à vacinação. O que podemos ver por vezes é o surgimento de resfriado, então, mesmo vacinada, a criança continua exposta aos inúmeros outros vírus, causadores de resfriados, que costumam apresentar quadros mais brandos”, comenta.

Há algumas estratégias para

minimizar possíveis eventos adversos da vacina. “Analgésicos e antitérmicos, à base da molécula ibuprofeno, também são aliados. Eles proporcionam o alívio rápido da dor leve e reduzem a alta temperatura provocada pela febre. Estamos falando da molécula mais estudada no mundo para dor e febre e que está listada pela Organização Mundial da Saúde, entre outros princípios ativos, inclusive, como medicamento para tratar não apenas esses sintomas, mas em casos de reação indesejadas das vacinas de Covid-19 nos adultos”, conclui.

■ PESQUISA

Polarização partidária é apontada como maior causa de tensão no Brasil, indica Ipsos

Entre cada 10 brasileiros, 8 acreditam que há muita ou uma quantidade considerável de tensão entre pessoas que apoiam diferentes partidos políticos no Brasil atualmente. É o que aponta a pesquisa Culture Wars Around the World: How Countries Perceive Divisions, realizada pela Ipsos com 28 países. Do total de respondentes no mundo, 69% disseram que há “uma quantidade considerável” ou “muita” tensão entre apoiadores de partidos políticos distintos.

O estudo pediu que os entrevistados avaliassem se há “muita”, “uma quantidade considerável”, “não muita” ou “nem um pouco” de tensão em diferentes grupos da sociedade. Com um percentual de respostas “alguma” ou “muita” tensão de 83%, a tensão política ficou em 1º lugar no Brasil. Dos 12 grupos apresentados, em 11 o percentual de tensão percebido

pelos brasileiros é mais alto do que a média global. Isso acontece porque quase metade dos entrevistados no país (47%) acredita que o Brasil é dividido por “guerras culturais” ou conflitos de ideias/identidades. Globalmente, apenas 35% estão de acordo com a afirmação.

Em segundo lugar, o maior índice de tensão percebida pelos brasileiros é entre ricos e pobres (79%). Na terceira posição, figura a tensão entre diferentes classes sociais, com 77%. A nível global, a soma das respostas “uma quantidade considerável” e “muita” tensão para esses questionamentos foi, respectivamente, de 74% e 67%.

Entre aqueles com ideias mais socialmente liberais e progressistas e aqueles com valores mais tradicionais, o percentual de tensão atual, de acordo com a percepção dos entrevistados no



Brasil, é de 76%. No mundo todo é relativamente menor, de 65%. Além disso, quase três quartos dos brasileiros participantes do estudo (73%) nota um nível de tensão considerável ou muito alto entre diferentes religiões. Considerando a média global, são 57%.

O único grupo em que as respostas dos respondentes do Brasil ficam abaixo do posicionamento

global se refere à tensão entre imigrantes e pessoas nascidas no próprio país. Os brasileiros que notam tensão nesse grupo somam 51%. Já no mundo todo, são 66%.

“Os resultados trazem uma importante contribuição ao debate que se estabelece no Brasil neste momento, em que a polarização política, que tem se espalhado para todos os setores da nossa socieda-

de, atinge contornos críticos e sem perspectivas de arrefecimento. Comparando com os demais países, o Brasil sempre se destaca pela alta percepção de confrontos entre grupos sociais, o que nos coloca em posição de destaque quanto a esta problemática. E a maior percepção de tensão é identificada justamente entre os apoiadores de diferentes grupos políticos, o que parece apontar para a origem de uma situação que pode fazer com que cresçam ainda mais as divisões que tradicionalmente assomam também outros setores da nossa população”, analisa Helio Gastaldi, diretor de Public Affairs da Ipsos.

A pesquisa on-line foi realizada com 23.004 entrevistas, sendo mil brasileiros, de 28 países. Os dados foram colhidos entre 23 de dezembro de 2020 e 8 de janeiro de 2021. A margem de erro para o Brasil é de 3,5 pontos percentuais.

Sobre a Ipsos

A Ipsos é uma empresa de pesquisa de mercado independente, presente em 90 mercados. A companhia, que tem globalmente mais de 5.000 clientes e 18.130 colaboradores, entrega dados e análises sobre pessoas, mercados, marcas e sociedades para facilitar a tomada de decisão das empresas e das organizações. Maior empresa de pesquisa eleitoral do mundo, a Ipsos atua ainda nas áreas de marketing, comunicação, mídia, customer experience, engajamento de colaboradores e opinião pública. Os pesquisadores da Ipsos avaliam o potencial do mercado e interpretam as tendências. Desenvolvem e constroem marcas, ajudam os clientes a construir relacionamento de longo prazo com seus parceiros, testam publicidade e medem a opinião pública ao redor do mundo. Para mais informações, acesse: www.ipsos.com/pt-br

■ E MAIS

Deputados defendem que privatização da Eletrobras pode beneficiar construções de hidrelétricas

A privatização da Eletrobras foi aprovada pela Câmara dos Deputados após a maioria da Casa avaliar possibilidades de investimentos e desenvolvimento do setor elétrico com a medida. A votação foi realizada em sessão extraordinária no último dia 21 e registrou 258 votos a favor e 136 contra a proposta. O texto agora segue para sanção presidencial.

A Medida Provisória 1031/21 havia voltado para a Casa após ser aprovada com alterações no Senado Federal. Deputados avaliaram as 28 emendas dos

senadores e concluíram o texto, que perderia a validade se não fosse apreciado até 22 de junho.

O processo de desestatização da Eletrobras permite que a empresa venda ações na bolsa de valores para diminuir a participação acionária da União, que não poderá comandar o conselho da empresa, mas terá poder de veto sobre as decisões consideradas estratégicas para o País, conceito chamado no mercado de golden share. Atualmente, a empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia responde por 30% da

energia gerada em território nacional.

A MP possui dispositivos que preveem a contratação de energia de reserva de termelétricas movidas a gás natural, mesmo em regiões ainda não abastecidas por gasoduto. Compras previstas para os anos de 2026 a 2030 devem privilegiar o consumo de gás natural de diferentes regiões do Brasil.

Para defensores do projeto, a desestatização possibilitará um aumento de eficiência no setor elétrico, com diminuição dos custos do governo e aumento

de investimentos. Segundo o deputado Elmar Nascimento (DEM/BA), relator do texto, entre 2011 e 2019 esses valores caíram de R\$ 10 bilhões para 3,3 bilhões, anualmente.

Na visão do deputado federal Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO), a privatização pode favorecer a construção de hidrelétricas e fortalecer o emprego e renda. “O DEM orienta [o voto pela proposta] sim pelo desenvolvimento desse País, do Tocantins, da região Norte, da hidrovia, revitalização do nosso Rio Tocantins. Para que

possamos estar levando a produção para o mundo, fazendo com que esse país possa crescer, as PCHs [Pequenas Centrais Hidrelétricas] possam ser construídas no Tocantins para viabilizar as indústrias, o emprego que tanto a nossa gente precisa”, ressaltou.

O parlamentar pontuou ainda, durante a votação, que esses investimentos necessários para o desenvolvimento de setores como o agronegócio só são possíveis com o auxílio privado previsto no projeto de desestatização. Ele citou exemplos an-

tigos de construções no estado que o elegeu.

“Me lembro que, em 2010, fizemos no Tocantins a hidrelétrica de Peixe [Usina de Peixe Angical]. Fizemos uma outra hidrelétrica, a segunda do País, lá em Estreito. Tudo isso foi graças ao setor, aos empresários, à parceria entre o governo e empresário, do governo do ex-presidente Lula. Fizemos lá em Tocantins essas hidrelétricas e é importante agora ter mais hidrelétricas para o Tocantins com essa privatização”.

TRATATIVAS

Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile vai facilitar e ampliar o ambiente de negócios entre os países

O Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile deve ampliar o ambiente de negócios entre os países, através da facilitação das barreiras comerciais. As tratativas têm sido negociadas entre os governos brasileiro e chileno desde 2018 e já foram aprovadas pelos respectivos executivos. Agora o texto está em análise no Congresso do Chile e na Câmara dos Deputados do Brasil, uma vez que já foi aprovado pelo Senado Federal.

Segundo o relator da Mensagem de Acordo (MSC 369/2019), deputado Aluísio Mendes (PSC-MA), esse é um trato muito importante para a economia brasileira, já que atualmente o Chile é o país latino-americano que mais investe no Brasil. Além disso, o acordo garantirá acesso preferencial das empresas brasileiras a um novo mercado, estimado em US\$ 11 bilhões.

Ele afirma que a facilitação das barreiras sanitárias vai beneficiar o agronegócio - principal forma de comércio entre os dois países. "Nós temos várias barreiras fitossanitárias de fiscalização e avaliação dos produtos de origem animal e



vegetal, tanto para a entrada no Chile, quanto para a entrada no Brasil. O Brasil exporta quase 80% a mais para o Chile, do que o Chile exporta para o Brasil. Então, esse é um acordo extremamente vantajoso para o Brasil na área do agronegócio", avalia.

Outra vantagem apontada pelo deputado Aluísio Mendes é a facilitação do trânsito de turistas entre os países. "Nós te-

mos um fluxo muito grande de turistas do Chile para o Brasil. Então, nós teremos uma facilitação da entrada de estrangeiros no Brasil de nacionalidade chilena, como também dos brasileiros que vão para o Chile".

Telecomunicações

O Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile vai muito além da abertura de barreiras sanitárias. Segundo o deputado Aluísio Mendes, o texto facilita a troca

de negócios em todos os âmbitos, inclusive na área de telecomunicações.

"Existe um artigo no acordo que propicia o roaming internacional gratuito, tanto para o brasileiro que ingressa no Chile, quanto para o chileno que ingressa no nosso país. Isso quer dizer que a gente poderá usar o telefone celular, habilitado no nosso país, dentro do Chile e usá-lo como nós usa-

mos no Brasil". As empresas telefônicas de ambos os países terão um ano para se adequarem.

Compras governamentais

Segundo o relator, o acordo vai facilitar o trato de compras governamentais entre os países. "Hoje, quando se faz uma licitação para aquisição de produtos para órgãos públicos - sejam municipais, estaduais ou federais - existe uma amarra legislativa de que, desde que haja similares no Brasil, essas compras devem ser feitas preferencialmente no Brasil. E a mesma coisa vale no Chile", explica.

O deputado explica que, com o acordo, os produtos chilenos terão a mesma competitividade do que os produtos brasileiros nas compras governamentais e vice-versa.

"O Brasil poderá vender produtos brasileiros para o governo do Chile, sem as amarras burocráticas que nós temos hoje. Produtos chilenos também poderão ser adquiridos pelo governo brasileiro sem essas amarras. Então, se criará um marco jurídico para que a mesma legislação brasileira seja interpretada no Chile, e a

chilena no Brasil", acrescenta.

Para o deputado, esse acordo de compras governamentais vai ampliar a possibilidade de adquirir produtos e serviços mais baratos e de melhor qualidade.

Análise na Câmara dos Deputados

A MSC 369 foi apresentada à Câmara dos Deputados em agosto de 2019 e até então não foi aprovada. Segundo o relator Aluísio Mendes, havia uma previsão de votar o acordo ainda neste mês de junho.

"Nós temos pequenos ajustes que estão sendo feitos a pedido de alguns líderes partidários, mas a ideia é aprovar o acordo da forma como ele veio: já aprovado pelo congresso chileno. Qualquer alteração feita no âmbito da Câmara dos Deputados, obrigatoriamente, levará esse acordo de volta à negociação entre o governo chileno e o Brasil", ressalta.

"Por isso, como relator, não irei acatar nenhuma das emendas sugeridas. Levarei a plenário como foi aprovado pelos governos chilenos e brasileiros, e como já foi aprovado pelo congresso do Chile e pelo Senado brasileiro", enfatiza. Fonte: Brasil 61.

ECONOMIA

Entenda impactos do aumento da taxa Selic

O Banco Central elevou os juros básicos da economia pela terceira vez consecutiva, agora com um aumento de 0,75 ponto percentual. Com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), a taxa Selic subiu de 3,5% para 4,25% ao ano. O BC ainda indica que deve seguir elevando a taxa na próxima reunião, marcada para os dias 3 e 4 de agosto.



César Berço, presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon/DF), explica o que esses números dizem, na prática. "A Selic é a taxa de juros básica da economia que reajusta os títulos públicos. Se o Banco Central quer controlar a inflação, ele aumenta a taxa de juros, pois as pessoas vão pro-

curar mais investir dinheiro do que gastar no consumo. A lógica que está por trás é essa, e os impactos são variados", afirma.

O especialista cita exemplos de como o aumento dos juros influencia no dia a dia do brasileiro. "Melhoram os investimen-

tos, as pessoas acabam ficando com uma remuneração melhor deles. No lado ruim, primeiro, tem a dívida pública. Com juros maiores, o governo tem que pagar mais pelos títulos e isso implica em aumento da dívida do governo, que vai pagar esse 0,75 a mais. E a tendência é que

os empréstimos, o cheque especial, cartão de crédito, fiquem mais caros, assim como o capital de giro ou empréstimo para empresas", alerta.

Em comunicado, o Copom destacou que a pressão inflacionária se revela maior que o esperado, "sobretudo entre os bens industriais". Com esse novo aumento de juros, a Selic continua em ciclo de alta, diferente do que ocorreu nos últimos anos, em que ela não sofreu elevações. A taxa chegou a alcançar 2% ao ano em agosto de 2020, influenciada pela contração econômica da pandemia da Covid-19, o menor nível desde 1986, início da série histórica.

O tema ainda foi pauta do Entrevistado da Semana, que

recebeu Aécio Alves de Oliveira, mestre em economia, doutor em sociologia e professor do Curso de Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará (UFC). Para Aécio, essa é uma elevação "bastante expressiva", já que o Copom normalmente aumenta 0,25 ou 0,50 ponto percentual.

"No fundo, essa taxa é o custo dos empréstimos, o custo da dívida pública. Os economistas acreditam que, quando a inflação se acelera, é preciso aumentar essa taxa de juros para aumentar o custo do empréstimo. Quer dizer, uma taxa mais elevada contém um pouco mais os emprestadores. Então, qual é o diagnóstico? A inflação se acelerando significa que as pessoas estão consu-

mindando mais."

O professor de Economia da UFC lembra que, com esse aumento, os preços recebem uma pressão. "Pode aumentar o custo de vida. Se a pessoa tem algum empréstimo à base de juros reajustáveis, variáveis, vai ter repercussão no pagamento. Se ela tiver uma casa, porventura, um financiamento de imóvel, provavelmente, dependendo do formato do modelo do financiamento, pode ter implicação no aumento da prestaçãozinha", explica.

O Copom aponta uma melhora na economia do país, apesar da persistência da inflação. São previstas ainda uma elevação de 6,25% ao ano em 2021 e 6,5% ao ano em 2022. Fonte: Brasil 61.

CENSO

Em SP, cresce 20% o número de alunos com deficiência matriculados na Educação Básica entre 2019 e 2020

Pensando na indução de políticas públicas, no avanço da política de educação inclusiva e ser referência para gestores públicos, profissionais, ativistas, legisladores e pesquisadores, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência atualizou os dados da plataforma Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com informações sobre a área da educação básica,

disponível no site <https://www.basededados.sedpcd.sp.gov.br>.

Uma vez que a educação impacta em todas as áreas da vida de uma pessoa, uma análise do sistema educacional atual e a busca por melhorias representam ações de extrema importância para a consolidação da educação inclusiva. Em vista disso, foram inseridas na Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiên-

cia informações sobre os alunos com deficiência matriculados na rede estadual de ensino, municipal, privada e federal, tendo informações sobre tipos de deficiência, idade, raça ou cor e gênero.

Os dados apontam que entre 2019 e 2020 o número de alunos com deficiência matriculados nas redes de ensino aumentou em 20%, sendo 174.363 alunos em 2019 e 210.409 alunos em 2020.

Também é possível fazer consulta por município do estado e ter acesso ao número de alunos com deficiência matriculados por região e por etapa de ensino (infantil, fundamental e médio). Os dados apontam que no ano passado, 50% das pessoas com deficiência na Educação Básica eram pessoas com deficiência intelectual.

Em 2019, 72% das crianças e

jovens com deficiência cursavam o ensino fundamental, 14% chegaram ao ensino médio e apenas 0,47% conseguiram ingressar no ensino superior no estado de SP. Em relação a gênero, de 2019 para 2020 houve um aumento de 9% na participação das crianças e jovens com deficiência do sexo feminino.

Além disso, a Base de Dados dos Direitos da Pessoa com De-

ficiência conta com informações sobre docentes na Educação Básica e também sobre o Ensino Superior inclusivo, contendo número de discentes e docentes, dados por tipo de deficiência, faixa etária, gênero, raça ou cor, tipo de vínculo do estudante, grau e tipo de instituição de ensino, análise por atividade e bolsa extracurricular, ranque de matrículas por município, entre outros.